



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Estudo sobre o reforço dos trabalhos de controlo do tabagismo e construção de uma sociedade livre de fumo

O Governo tem vindo a reduzir, anualmente, a taxa de consumo de tabaco, através de uma série de trabalhos, tais como a produção legislativa, a execução da lei e a divulgação de informações. Isto merece o nosso reconhecimento. Os produtos de tabaco não beneficiam a saúde da população, nem o desenvolvimento social nem sequer os recursos médicos. Já entrou em vigor a Lei n.º 13/2022 (Alteração à Lei n.º 5/2011 - Regime de prevenção e controlo do tabagismo), e decorrido um ano desde Dezembro de 2022 até à presente data, espera-se que os serviços competentes continuem a proceder ao controlo do tabagismo de acordo com o princípio do “progresso gradual, começando pelo mais fácil até ao mais difícil”, avaliem, atempadamente, a eficácia da fiscalização aos cigarros electrónicos, e estudem a viabilidade do alargamento das áreas de proibição de fumar, com vista à criação duma “Macau livre de fumo”.

A política de controlo dos cigarros electrónicos em Macau é relativamente avançada e dá grande importância aos trabalhos de controlo do tabagismo entre os jovens. De acordo com o “Inquérito sobre o consumo do tabaco pelos jovens de Macau 2022”, embora a taxa de utilização do tabaco tradicional entre os alunos com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos tenha diminuído, a taxa de utilização de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

cigarros electrónicos aumentou devido à falta de conhecimentos sobre os mesmos, pois segundo alguns estudos internacionais, o risco dos jovens que fumam cigarros electrónicos passarem a fumar cigarros tradicionais aumenta mais de 4 vezes. Para proteger os jovens dos malefícios do tabaco, foi concluída em 2021 a revisão do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo”, que entrou em vigor no ano seguinte, para fiscalizar os cigarros electrónicos e eliminar, de forma gradual e ordenada, os existentes, portanto, ainda é possível encontrar cigarros electrónicos no mercado. Espero que se continue a avaliar a taxa de utilização de cigarros electrónicos por parte dos jovens, quer antes quer depois da revisão da lei, bem como que se ajustem os trabalhos de controlo do tabagismo e de divulgação de acordo com as tendências.

Não se pode ignorar os malefícios do fumo passivo, aliás, existem mesmo vários estudos que demonstram o seu impacto para a saúde dos diferentes grupos sociais. As ruas de Macau são estreitas e densamente povoadas, alguns fumadores fumam por todo o lado (vulgarmente conhecidos por “locomotivas”), obrigando os cidadãos ao fumo passivo, por isso, a sociedade tem reclamado contra esta atitude. De acordo com a lei vigente, os Serviços de Saúde devem elaborar, de três em três anos, um relatório de acompanhamento e avaliação sobre o controlo do tabagismo, e segundo o Relatório de Acompanhamento e Avaliação do “Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo 2018-2020”, esta atitude de “os fumadores fumarem por todo o lado” está incluída nos trabalhos de acompanhamento e melhoria contínua, no entanto, o alargamento das áreas de proibição de fumar envolve competências de diferentes entidades gestoras, por isso, até ao momento, ainda não foi encontrada uma solução viável e consensual.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Nos termos da lei vigente, o terceiro relatório de acompanhamento e avaliação do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo 2021-2023” deve ser publicado no corrente ano. Então, segundo os dados actuais, após a entrada em vigor da nova lei de controlo do tabagismo, qual foi a evolução da tendência dos jovens em relação ao consumo de cigarros tradicionais e electrónicos? O Governo dispõe de mais medidas para controlo do tabagismo?
2. Relativamente à prevenção de “fumar por todo o lado” e ao alargamento das áreas de proibição de fumar ao ar livre, os Serviços de Saúde afirmaram que, de acordo com a legislação vigente, as praças, as ruas, os passeios, etc., não são áreas de proibição de fumar e estão sujeitas à competência de outras entidades gestoras, por isso, é necessário o consenso de todos os sectores. Assim sendo, para melhor salvaguardar os direitos e os interesses dos idosos, crianças, grávidas e portadores de doenças crónicas, o Governo vai criar áreas de proibição de fumar ao ar livre, através de negociações faseadas e ponto a ponto com outras instituições educativas e médicas?

15 de Março de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun lok